

ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Rua Mostardeiro, nº 322, Sala 1201 - Bairro Moinhos de vento – Porto Alegre, CEP
90430-000.

CNPJ: 44.728.700/0001-72

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2025**Demonstrativos compreendidos:**

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas em 30/03/2026 no site

<https://www.atf.com.br/>

A Diretoria da **ATF** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

TIAGO
GARCIA DE
FREITAS:001
72417074

Assinado de forma
digital por TIAGO
GARCIA DE
FREITAS:00172417074
Dados: 2026.03.27
18:16:56 -0300'

Tiago Garcia de Freitas
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3



TERMO DECLARATÓRIO

Eu, TIAGO GARCIA DE FREITAS, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

02 de março de 2026

TIAGO GARCIA DE FREITAS:00172417074
Assinado de forma digital por TIAGO GARCIA DE FREITAS:00172417074
Dados: 2026.03.27 18:17:17 -03'00'

Tiago Garcia de Freitas
Diretor Responsável



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores interessados: a **ATF Sociedade de Crédito Direto S/A**, em cumprimento às disposições legais submete a V.Sas. as respectivas Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. Pretendemos, para o próximo semestre, manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria



ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
CNPJ 44.728.700/0001-72
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	NE	31/12/2025	PASSIVO	NE	31/12/2025
CIRCULANTE		<u>14.512</u>	CIRCULANTE		<u>7.563</u>
Disponibilidades		<u>2.349</u>	Depósitos	10	<u>5.330</u>
			Outros Depósitos		5.330
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	5	<u>8.047</u>	Outras obrigações	11	<u>2.233</u>
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada		8.047	Fiscais e previdenciárias		170
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	6	<u>2.516</u>	Cobrança e Arrec. Tributos Assem.		87
Títulos e valores mobiliários		2.516	Diversas		1.976
Relações Interfinanceiras	7	<u>10</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	<u>10.239</u>
Creditos Vinculados		10	Capital Social		<u>11.000</u>
Operações de Crédito e Direitos Creditórios	8	<u>1.590</u>	Capital		11.000
Operações de crédito		1.621	Lucros/Prejuízos acumulados		-761
(-)Provisões p/ perdas de risco de crédito		-31			
NÃO CIRCULANTE		<u>3.290</u>			
Imobilizado	9	<u>102</u>			
Outras Imobilizações de Uso		155			
(-) Depreciações Acumuladas		-53			
Intangível	9	<u>3.188</u>			
Ativos Intangíveis		3.992			
(-) Amortização Acumuladas		-804			
TOTAL DO ATIVO		<u>17.802</u>	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		<u>17.802</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
CNPJ 44.728.700/0001-72

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
<i>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>			
	NE	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		930	1.288
Rendas de Operações de Crédito		8	8
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		623	845
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		299	435
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(31)	(31)
(-)Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-31	-31
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		899	1.257
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		62	137
Receitas de prestação de serviços		411	948
Rendas de tarifas bancárias		1.920	3.575
Despesas de pessoal		(74)	(182)
Outras despesas administrativas		(1.925)	(3.704)
Despesas tributárias		(270)	(499)
Outras despesas operacionais		-	(1)
RESULTADO OPERACIONAL		961	1.394
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		961	1.394
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(224)	(315)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO PERÍODO		737	1.079
Lucro (Prejuízo) por ação		0,0670	0,0981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
CNPJ 44.728.700/0001-72

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
<i>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>		
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>737</u>	<u>1.079</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>737</u>	<u>1.079</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
CNPJ 44.728.700/0001-72

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
Eventos	Capital Social	Capital a Realizar	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro 2024	6.000	-	(1.840)	4.160
2 - Aumento de Capital	5.000	-	-	5.000
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	1.079	1.079
Saldos em 31 de dezembro 2025	11.000	-	(761)	10.239
Mutações do Exercício	5.000	-	1.079	6.079

Eventos	Capital Social	Capital a Realizar	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 30 de junho 2025	11.000	(2.484)	(1.498)	7.018
2 - Aumento de Capital	-	2.484	-	2.484
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	737	737
Saldos em 31 de dezembro 2025	11.000	-	(761)	10.239
Mutações do Exercício	-	2.484	737	3.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
CNPJ 44.728.700/0001-72

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	737	1.079
1.2 Ajustes por Depreciação/Amortização	214	422
1.3 Ajustes por Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	31	31
2. Variação de Ativos e Obrigações	1.341	1.482
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Instrumentos Financeiros	-1.620	-4.136
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Relações Interfinanceiras	1.022	-3
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	0	2
2.4 Aumento (Redução) nos Depósitos	1.088	4.929
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	851	690
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	2.323	3.014
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-58	-75
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado/Intangível	-58	-75
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	2.484	5.000
5.4 Capital Social	2.484	5.000
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	4.749	7.939
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5.648	2.458
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	10.397	10.397
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO
SEMESTRE/EXERCÍCIO FINDOS EM DEZEMBRO DE 2025 (em reais mil exceto quando
indicado de outra forma).**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, constituída em 01 de abril de 2021, uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 22 de outubro de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, avaliou os eventos subsequentes até o dia 02 de março de 2026, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.



b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 352 do e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas



anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966

a. Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b. Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).



Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c. Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado



Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d. Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e. Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f. Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.



Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g. Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h. Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.



i. Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por Notas do Tesouro Nacional, e estão representados pelo montante de R\$ 8.047, classificados como “Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-Paga”, conforme abaixo:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2025
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-Paga	
Paga	8.047
Letras Financeiras do Tesouro	8.047

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 os títulos e valores mobiliários estão representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional, e estão representados pelo montante de R\$ 2.516, classificados como “Vinculados ao Banco Central do Brasil”, conforme abaixo:

Títulos Valores Mobiliários	Quantidade	31/12/2025
Letras Financeiras Tesouro		2.516
LFT 210100	355.881,4443	2.516



7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

O saldo de Relações Interfinanceiras é composto de créditos vinculados ao Banco Central do Brasil da seguinte forma:

	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	10
Banco Central – PIX- Conta de Pagamento	10

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Sendo a classificação das operações de crédito a seguinte;

	31/12/2025
Operações de Crédito	1.590
Empréstimos	1.590
Saldo Contratual	1.637
(-) Receitas Diferidas - Tjeo	16
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	0
(-) Provisão Adicional	31
(-) Provisão de Perdas	31
Saldo Contábil Líquido	1.590
	Custo
Classificação Contábil	Amortizado



b) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte;

	31/12/2025
Composição de Carteira de Operações de Crédito	1.637
Empréstimos e Direitos Creditórios	1.637
Empréstimos	1.637

c) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte;

	31/12/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	1.637
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	1.637
Empréstimos	1.637

d) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte;

	31/12/2025
Classificação por Carteiras de Provisão	1.637
Carteira C4	1.637
Não Problemáticos	1.637
De 0 a 14 dias de atraso	1.637

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

O ativo permanente da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de Uso com taxa de depreciação de 10% a.a., e taxa de amortização de 20% a.a. para os intangíveis adquiridos. Os valores são compostos conforme os quadros abaixo:



	31/12/2025
Imobilizado	102
Equipamentos de Processamento de Dados	155
(-) Depreciações Acumuladas	-53
	31/12/2025
Intangível	3.188
Ativos Intangíveis Adquiridos	3.992
(-) Amortização Acumuladas	-804

10. DEPÓSITOS

Se refere a registros dos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que se constituem patrimônio separado e que não se confunde com o da instituição de pagamento, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, instrução normativa BCB.

Abaixo a composição dos depósitos:

	31/12/2025
Outros Depósitos	5.330
Conta de Pagamento Pré-Paga	5.330

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	31/12/2025
Outras Obrigações	2.233
Fiscais e Previdenciárias	170
Cobrança e Arrec. Tributos e Assemelhados	87
Credores Diversos País	1.976



12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Valores em reais**Capital Social

O capital social em 31/12/2025 é de R\$ 11.000.000,00, sendo R\$ 11.000.000,00 de ações totalmente subscritas e integralizadas, por acionistas domiciliados no país.

Prejuízos Acumulados e Resultado do Período

No semestre encerrado instituição apurou um lucro líquido de R\$ 737.045,02 (R\$1.078.747,23 no exercício). Apesar do resultado positivo no período, a instituição ainda apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 760.511,78 decorrentes de resultados de exercícios anteriores.

13. GERENCIAMENTO DE RISCO**RISCO DE CRÉDITO**

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;



RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

14. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DE BASILEIA)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Resolução BCB 4.606/2017. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital



e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 157,49%, com o Patrimônio De Referência (PRS5) em R\$ 7.051.705,73. (referência 12/2025)

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 31/12/2025 foi autorizada pelos sócios da ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, em 02 de março de 2026.





AUDITORES
INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE

RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

31 de dezembro de 2025



AUDITORES
INDEPENDENTES

Desde 1976

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A. (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ATF SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



AUDITORES
INDEPENDENTES

Desde 1976

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício de 2024

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, que emitimos relatório sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso



AUDITORES
INDEPENDENTES

Desde 1976

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 30 de março de 2026.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

GUILHERME LUIS
SILVA:812467499
04

Assinado digitalmente por GUILHERME
LUIS SILVA:81246749904
ND: C=BR, CN=GUILHERME LUIS
SILVA:81246749904, O=ICP-Brasil, OU=AC
Instituto Fenacon RFB
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.03.30 14:14:56-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

Guilherme Luis Silva
Contador CRC/SC 19.408/O-2



AUDITORES INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE